



ACTA

Aos treze dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e onze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva – e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira e André Guimarães Coelho Lima. Mais tarde compareceu o Vereador José Manuel Torcato Ribeiro, conforme, mais adiante, fica a constar da presente acta. -----

Secretariou a Directora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

O Presidente da Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal, Dr. Melchior Moreira, apresentou ao executivo camarário o projecto de instalação da loja interactiva de turismo de Guimarães no edifício onde actualmente está instalado o posto de turismo da Praça de S. Tiago. -----

De seguida, o Presidente da Câmara submeteu à consideração dos presentes a votação, antes da Ordem do Dia, de dois pedidos de suspensão de Mandato, a seguir identificados, o que foi aceite por unanimidade. -----

CÂMARA – PEDIDO DE SUSPENSÃO DO MANDATO DE VEREADOR DE ANTÓNIO SALGADO ALMEIDA – Presente um requerimento do Vereador António Salgado Almeida solicitando a suspensão do seu mandato por um período de 365 dias, contados a partir da data de hoje (inclusive), nos termos do art. 77º da Lei

nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. **DELIBERADO POR ESCRUTINIO SECRETO E UNANIMIDADE APROVAR.** -----

CÂMARA – PEDIDO DE SUSPENSÃO DO MANDATO DE VEREADORA DE ANA AMÉLIA MOTA GUIMARÃES – Presente

um requerimento da cidadã eleita pela lista da CDU, Ana Amélia Mota Guimarães, na sequência da suspensão do mandato do Vereador António José Salgado Almeida, solicitando a suspensão do seu mandato de Vereadora por um período de 365 dias, contados a partir da data de hoje (inclusive), nos termos do art. 77º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. **DELIBERADO POR ESCRUTINIO SECRETO E UNANIMIDADE APROVAR.** -----

Seguidamente, o Presidente da Câmara deu conhecimento da carta enviada por **Cândido Capela Dias**, cidadão imediatamente a seguir na lista da CDU para a Câmara Municipal, que comunica optar por se manter como membro da Assembleia Municipal, nos termos do nº 1, alínea c), do art. 221º da Lei nº 1/2001, de 14 de Agosto. -----

De seguida, o Presidente da Câmara deu conhecimento da carta do cidadão imediatamente a seguir na lista da CDU para a Câmara Municipal, **José Manuel Torcato Ribeiro**, comunicando a sua renúncia ao Mandato como membro da Assembleia Municipal, nos termos do art. 76º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. Nesta sequência, e como estivesse presente aquele cidadão, foi efectuada a respectiva substituição, nos termos do nº 7 do art. 77º do mesmo diploma legal, tendo, consequentemente, o referido cidadão participado como Vereador na presente reunião ordinária. O Presidente da Câmara deu as boas vindas ao novo Vereador,



desejando-lhe felicidades no respectivo mandato. -----

----- **INTERVENÇÕES** -----

1 – Vereador José Manuel Antunes – a) – Leu, em voz alta, um documento, pedindo que o respectivo texto, que a seguir se transcreve, ficasse registado em acta: “No dia 6 de Janeiro de 2007, a Revista “Única” publicou um estudo sobre a qualidade de vida nas cidades portuguesas. Nesse estudo, cinquenta cidades portuguesas foram avaliadas tendo em conta vinte critérios. Lisboa foi a cidade melhor classificada, logo seguida de Guimarães, em segundo lugar. Tal distinção foi motivo de orgulho para Guimarães e para os vimaranenses. A nossa cidade aparecia no referido estudo muito bem cotada em vários critérios, cuja concretização depende, na sua generalidade, não apenas do poder político, mas também dos cidadãos. No entanto, num dos critérios Guimarães aparecia mal cotada. Refiro-me ao critério da “governança”, entendida no estudo como qualidade da democracia. De facto, neste âmbito, por muito mérito que os vimaranenses tenham, o poder político pode deitar tudo a perder. A actuação do Presidente da Câmara Municipal de Guimarães na última reunião do executivo municipal foi um péssimo contributo para a dignificação e valorização das instituições democráticas. As suas intervenções e comentários sobre a intervenção de um vereador deste executivo, neste caso, a minha pessoa, como noutros casos com outros vereadores, reforça o sentimento que perpassa nos nossos concidadãos de preocupação com a qualidade da Democracia. Recebi muitos telefonemas e manifestações de apoio, e ao mesmo tempo de repúdio e condenação pelas suas atitudes. Os seus comentários são mais gravosos pela função de máximo representante do Executivo e com mais de vinte anos no desempenho do cargo e por isso a quem compete em primeira

instancia, o decoro, a cordialidade, o respeito pessoal e a aceitação democrática daquela que foi a vontade dos vimaranenses na constituição deste órgão. O presidente da Câmara, António Magalhães sempre lidou mal com as oposições e com as naturais divergências que uns e outros protagonizam. O Presidente da Câmara sempre quis esvaziar o órgão executivo da Câmara Municipal, quer pelo esvaziamento da Agenda, quer pela utilização massiva das delegações de competências em si e nos vereadores socialistas para, ainda que legalmente, muitos assuntos e deliberações sejam tomadas fora do âmbito deste órgão, pela limitação imposta ao uso da palavra e pela ameaça constante de cortar o período de Antes da Ordem do Dia como forma de silenciar os vereadores da oposição. Guimarães pode orgulhar-se do seu passado, do seu Centro Histórico Património da Humanidade, terá orgulho concerteza da sua CEC 2012, mas os democratas, aqueles que vivem e se dedicam ao serviço aos outros, nas várias formas de intervenção generosa nos movimentos associativos vimaranenses, não terão orgulho no Presidente que não sabe aceitar as regras mais elementares da Democracia. É uma pena e talvez já não lhe sobre muito tempo para a emenda". **2 – Vereador André Coelho Lima – a)** – Na sequência da publicação de um artigo no prestigiado jornal norte-americano "New York Times" que coloca Guimarães como 26.º destino, num total de 41 destinos, a visitar em todo o mundo disse que constar ao lado de cidades como Londres, Milão, Singapura, entre outras, e ser a única referência ibérica, não havendo nenhuma em França, é algo que faz um enfoque extraordinário à nossa cidade. Disse, ainda, que a distinção confere um efeito desmultiplicador difícil de quantificar sendo o "New York Times" um jornal de enorme circulação por toda a América e muito



conhecido e reconhecido no resto do mundo (estando mesmo dentro dos maiores jornais mundiais). Acrescentou que esta distinção resulta de uma aposta inequívoca numa política cultural e que o artigo, em si mesmo, são apenas 15 linhas e assenta em generalidades e até algumas inexactidões, mas destaca claramente o ambiente cultural como factor distintivo face à atracção já assegurada pelo património histórico, sendo essa uma conquista da aposta que tem sido feita no cartaz cultural, o que deve ser dito de forma clara. Assim, lamentou a dimensão nacional apenas obtida à custa de uma projecção internacional, demonstrando-se que conseguimos mais facilmente vingar e ganhar reconhecimento no exterior do que dentro de portas, neste país que só tem olhos para Lisboa. Acrescentou que foi preciso um jornal de Nova Iorque reparar em Guimarães, para os jornais deste nosso país conferirem dimensão ao património e ao manifesto interesse cultural e turístico que a nossa cidade tem, o que devia ser do maior interesse para o país e não apenas para nós. Referiu que o efeito absolutamente propulsor que aquelas 15 linhas podem ter no reconhecimento internacional da nossa cidade, é algo que tem que ser aproveitado por nós, e deve ser entendido não como um mero reconhecimento de apostas tidas, mas como um enorme empurrão ao turismo da nossa cidade, e uma oportunidade no objectivo da fixação de turistas, já que Guimarães tem que deixar de ter os autocarros estacionados na Alameda, para os começar a ter estacionados nos hotéis, tem que ter mais hotéis e que para isso possa contribuir o incentivo que foi acordado para a construção de novas unidades hoteleiras na nossa cidade. Finalizou que Guimarães tem que ter uma política pró-activa na perseguição do objectivo fixação, e este reconhecimento internacional da nossa cidade e dos seus méritos turísticos pelo

“New York Times”, deve alertar-nos para a urgência da tomada de medidas na prossecução desse objectivo. **3 – Vereadora Francisca Abreu – a)** – Disse sentir-se orgulhosa e emocionada pela referência do “New York Times”, atribuindo o mérito ao trabalho que está a ser desenvolvido a uma equipa jovem e entusiasta, numa alusão à dinâmica do Centro Cultural Vila Flor, mencionada no artigo do jornal norte-americano; **b)** – Deu explicações sobre a transferência de verba para a Junta de Freguesia de Gonça, votada na passada reunião de Câmara, designadamente que a verba se destina à vigilância. **4 – Vereador José Torcato Ribeiro** – Agradeceu a recepção e as palavras de boas vindas do Presidente da Câmara demonstrando disponibilidade e empenho em prol do bem público. **5 – Presidente da Câmara** – Sobre as intervenções feitas: **a)** – Sobre a intervenção do Vereador José Manuel Antunes disse que há seis mandatos consecutivos que a maioria dos Vimaraneses lhe confia a responsabilidade de liderar os destinos do Município. - Foi aceite, por unanimidade, votar, antes da ordem do dia, as seguintes propostas: -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** - Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 10 de Janeiro de 2011 que, na sequência da entrada em vigor, no dia 1 de Janeiro de 2011, da nova Estrutura Orgânica do Município de Guimarães, aprovada por deliberação da Assembleia Municipal de 22 de Março de 2010, deliberação da Câmara Municipal de 4 de Novembro de 2010 e seu despacho de 14 de Dezembro de 2010, onde são previstas alterações no que respeita à designação de algumas unidades orgânicas (Departamentos, Divisões e outros serviços), delegou competências no Vereador Amadeu Portilha em matéria



de Turismo, ao abrigo do n.º 1 do artigo 69.º e do n.º 2 do art. 65.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro (Distribuição de Funções – Delegação e Subdelegação de Competências); **2** – Disse que o Mapa 2012 deverá ser apresentado em reunião do Executivo Municipal em meados do mês de Fevereiro, sendo que no próximo Sábado as Juntas de Freguesia irão ficar a conhecer os temas gerais do projecto; **3** – Disse que o processo de auscultação pública para a revisão do Plano de Urbanização de Guimarães está em curso, anunciando que estão a decorrer reuniões com representantes do IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico e do ICOMOS, entidade ligada à UNESCO, sendo que no próximo dia 27 de Janeiro se vera ser efectuada a apresentação do estudo prévio em reunião do executivo; **4** – Informou que, de um universo de 1653 funcionários da Autarquia, serão abrangidos pelos cortes anunciados pelo Governo 113 trabalhadores por auferirem vencimentos superiores a €1.500,00. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

1 – Do despacho do Vice-Presidente da Câmara Municipal, datado de 29 de Dezembro de 2010, que concordou com a seguinte informação do Departamento Financeiro: Prestação de Serviços – **“Licenciamento de uma infra-estrutura de base de dados para implementação de solução de alta disponibilidade entre o Município de Guimarães e o Vale do Ave Região Digital** – Submete-se para aprovação superior, o programa de concurso e caderno de encargos, anexos, e a abertura do presente procedimento, nos seguintes termos: **Bem ou serviço:** Prestação de serviços – Licenciamento de uma infra-estrutura de base de

dados para implementação de solução de alta disponibilidade entre o Município de Guimarães e o Vale do Ave Região Digital. **Preço base:** €188.000,00 + IVA (21%). **Classificação económica:** 070108. **Plano:** 1.1.1.06. **Procedimento:** Propõe-se a adopção do concurso público, previsto na alínea b), n.º 1, artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos e a respectiva aprovação do Júri abaixo mencionado. **Entidade competente para adjudicar:** Município de Guimarães; **Júri: Efectivos: Presidente** – Anabela Moreira Lima, Directora do Departamento Financeiro; **Vogais:** Elsa Maria Ferreira Cordeiro Almeida, Chefe da Divisão Administrativa; Bruno Oliveira, Técnico Superior; **Vogais Suplentes:** Francisco Assis Fernandes de Sousa, Técnico Superior; Carla Alexandra Castro, Técnica Superior. Nas suas faltas e impedimentos a Presidente do Júri é substituída pela Vogal efectiva Elsa Maria Ferreira Cordeiro Almeida. **Propõe-se que os esclarecimentos, as rectificações de erros ou omissões, sejam delegados no Júri do concurso.** À consideração superior”; **2** – Do ofício da Cooperativa Tempo Livre remetendo, para conhecimento, o Plano de Actividades e Orçamento para 2011, que se encontra disponível para consulta na Secretaria Geral desta Câmara Municipal; **3** – Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 6 de Janeiro de 2011 que, na sequência da entrada em vigor, no dia 1 de Janeiro de 2011, da nova Estrutura Orgânica do Município de Guimarães, aprovada por deliberação da Assembleia Municipal de 22 de Março de 2010, deliberação da Câmara Municipal de 4 de Novembro de 2010 e seu despacho de 14 de Dezembro de 2010, onde são previstas alterações no que respeita à designação de algumas unidades orgânicas (Departamentos, Divisões e outros serviços), delegou e subdelegou competências nos Vereadores, ao abrigo do n.º 1 do artigo 69.º e do n.º 2 do art. 65.º, ambos da Lei n.º



169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro (Distribuição de Funções – Delegação e Subdelegação de Competências). O despacho de Delegação de Competências dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

CÂMARA – ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 30 DE DEZEMBRO DE 2010. DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA, tendo sido dispensada a leitura da acta por ter sido entregue a todos os membros do órgão executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. Abstiveram-se os Vereadores Francisca Abreu e José Torcato Ribeiro, por não terem participado na reunião. -----

CONSTITUIÇÃO DE FUNDOS DE MANEIO DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O ANO DE 2011 – Presente a seguinte informação da Directora do Departamento de Administração Geral: "Nos termos do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro (Considerações Técnicas 2.9.10.1.11) e do nº 4 do art. 12º do Regulamento Interno da Contabilidade e, ainda, do art. 2º do Regulamento de Controlo Interno dos Fundos de Maneio, submete-se à consideração superior a constituição dos fundos de maneio abaixo indicados para ocorrer, com oportunidade, a despesas diversas, durante o ano de 2011. Conforme é habitual, foram consultados os serviços municipais, propondo-se, para o ano de 2011, os seguintes fundos de maneio (e respectivos titulares e seus substitutos): **1 – Titular: José Filipe Tavares Fontes, Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico (DPPU)** – €500 (quinhentos euros) para despesas com emissão de pareceres das entidades externas sobre projectos municipais, cujo pagamento é obrigatoriamente antecipado –

rubrica 10/020214. **Substituto:** Para substituir o titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de **João Carlos Martins de Sousa Bessa, Assistente Técnico.**

2 – Titular: Silvana Leite Torres Peixoto, Coordenadora Técnica do Departamento de Obras Municipais (DOM) – €250 (duzentos e cinquenta euros) para despesas com pequenas reparações – rubrica 03/020203. **Substituto:** Para substituir a titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de **Maria Adelaide da Silva Sampaio, Assistente Técnica.**

3 - Titular: Silvana Leite Torres Peixoto, Coordenadora Técnica do Departamento de Obras Municipais (DOM) – €125 (cento e vinte e cinco euros) para despesas com expediente de secretaria – rubrica 03/020108. Para substituir a titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de **Maria Adelaide da Silva Sampaio, Assistente Técnica.**

4 – Titular: Rui Miguel Lino Castro, Chefe da Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas (DTEPV) – €300 (trezentos euros) para despesas com portagens e com estacionamento das viaturas municipais quando em serviço externo – rubrica 05/020210. **Substituto:** Para substituir o titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de **Eva Oliveira Sampaio Carvalho, Coordenadora Técnica do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente.**

5 - Titular: Rui Miguel Lino Castro, Chefe da Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas (DTEPV) – €400 (quatrocentos euros) para despesas com combustível – correspondendo €200 (duzentos euros) a gasolina (rubrica 05/02010201) e €200 (duzentos euros) a gasóleo – (rubrica 05/02010202). **Substituto:** Para substituir o titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de **Eva Oliveira Sampaio Carvalho, Coordenadora Técnica do Departamento**



de Serviços Urbanos e Ambiente. 6 - Titular: Rui Miguel Lino Castro, Chefe da Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas (DTEPV) – €300 (trezentos euros) para despesas com renovação de licenças de veículos municipais, conforme legislação em vigor – rubrica 05/06020305. **Substituto:** Para substituir o titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de **Eva Oliveira Sampaio Carvalho, Coordenadora Técnica do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente. 7 – Titular: Baltazar Francisco Campos Oliveira Vilela, Técnico Superior da Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas (DTEPV) – €3500 (três mil e quinhentos euros)** para despesas com reparações urgentes de viaturas – rubrica 05/020203. **Substituto:** Para substituir o titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de **Rui Miguel Lino Castro, Chefe da Divisão de Trânsito, Espaço Público e Veículos (DTEPV). 8 - Titular: Domingos José Ferreira Nobre, Director do Departamento de Juventude, Educação e Cultura (DJEC) – €250 (duzentos e cinquenta euros)** para despesas com a organização de actividades culturais e desportivas – rubrica 07/06020305. **Substituto:** Para substituir o titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de **Helena Maria Teixeira Soares Leheman Cruz Pinto, Chefe da Divisão de Educação (DE). 9 - Titular: Isabel Maria Ferreira Miranda, Chefe da Divisão de Acção Social (DAS) – €750 (setecentos e cinquenta euros)**, destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento, com carácter de urgência, de apoios a conceder no âmbito da alínea a) do art. 2º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos – rubrica 13/040802. **Substituto:** Para substituir a titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação

de **Paulo César Ribeiro Fernandes, Técnico Superior de Gestão de Recursos Humanos. 10 – Titular: Ivone Carmo Silva Gonçalves, Chefe da Divisão de Biblioteca e Documentação (DB) – €150** (cento e cinquenta euros) para despesas com aquisição de material diverso destinado às actividades promovidas pela Biblioteca – rubrica 08/06020305. **Substituto:** Para substituir a titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de **Julieta Sameiro Costa Esteves, Assistente Administrativa Especialista. 11 – Titular: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier, Directora do Departamento de Administração Geral (DAG) – €250** (duzentos e cinquenta euros) para despesas com expediente de secretaria – rubrica 02/020108. **Substituto:** Para substituir a titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de **Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida, Chefe da Divisão Administrativa (DA). 12 – Titular: Anabela Gonçalves de Sousa Fernandes Moreira Lima, Directora do Departamento Financeiro (DF) – €250** (duzentos e cinquenta euros) para despesas com expediente de secretaria – rubrica 11/020108. **Substituto:** Para substituir a titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de **Marisa Manuela Freitas Neto, Chefe de Divisão de Contabilidade e Tesouraria. 13 - Titular: Maria Inês de Figueiredo Dias de Sousa Ribeiro, Directora do Departamento de Recursos Humanos (DRH), em regime de substituição – €750** (setecentos e cinquenta euros) para despesas com adiantamento de ajudas de custos – rubrica 12/010204. **Substituto:** Para substituir a titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de **Aida Maria Oliveira Mota Vieira, Assistente Técnica. 14 - Titular: Maria Inês de Figueiredo Dias de**



Sousa Ribeiro, Directora do Departamento de Recursos Humanos (DRH), em regime de substituição – €1500 (mil e quinhentos euros) para despesas de representação municipal – rubrica 0103/020211. **Substituto:** Para substituir a titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de **Aida Maria Oliveira Mota Vieira, Assistente Técnica. 15 – Titular: Maria Emília Fernandes Leite da Silva, Coordenadora Técnica da Divisão do Património Municipal** – €2000 (dois mil euros) para despesas com taxas e emolumentos devidos aos Cartórios Notariais, Conservatórias de Registo Civil, Predial e Comercial, Tribunais e Serviços de Finanças – rubrica 11/020225. **Substituto:** Para substituir a titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de **Emília Elisabete Silva Gomes, Chefe da Divisão do Património Municipal. 16 – Titular: Isabel Cristina da Silva Pinho, Técnica Superior da Divisão de Relações Públicas e Turismo** – €250,00 (duzentos e cinquenta euros) destinado a ocorrer, com oportunidade, a despesas diversas durante o ano – rubrica 09/020225. **Substituto:** Para substituir a titular nas suas faltas e impedimentos, propõe-se a designação de **João Manuel Teixeira Marques da Costa, Técnico Superior**. Estes fundos de maneo serão reconstituídos mensalmente, contra entrega dos documentos comprovativos da despesa, e a sua reposição será feita até 31 de Dezembro do respectivo exercício económico”.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

JUNTAS DE FREGUESIA – TRANSFERÊNCIA DE VERBAS –

Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “A Câmara e a Assembleia Municipal votaram o Plano e Orçamento para 2011 que contém uma verba de 455.218 Euros a distribuir proporcionalmente, tendo em conta os indicadores das

transferências do Estado, pelas sessenta e nove Freguesias do Concelho. Os montantes a transferir para cada Freguesia estão descritas no mapa de "Transferências para as Freguesias", que estão em anexo ao documento do Plano e Orçamento para 2011. É essa proposta que agora se submete para votação, visando com ela disponibilizar meios às freguesias para, em consonância com a Câmara, executarem tarefas na área geográfica do seu território, nomeadamente para realização das pequenas obras de conservação e reparação em edifícios escolares (nomeadamente de vidros, pequenos trabalhos de electricidade e pichelaria etc.), tarefas relativas a reparações e manutenção da rede viária concelhia (limpeza de bermas e aquedutos), pagamento de renda e condomínio dos edifícios da Sede da Junta de Freguesia. A afectação das transferências agora proposta, associadas a essas responsabilidades justifica-se pela proximidade das Juntas de Freguesias com a realidade local, tornando mais célere e eficaz a resolução de problemas de pequena dimensão que por si só não justificam a intervenção de uma estrutura centralizada. Os montantes agora em questão serão pagos até ao final do ano em curso e mediante a correspondente verificação da sua execução, por parte dos serviços técnicos da Câmara". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES EM REFEITÓRIOS ESCOLARES – ANOS CIVIS 2011, 2012 E 2013 – AJUSTE DIRECTO N.º 112/10 – Presente, para ratificação, o despacho do Vice-Presidente da Câmara Municipal, datado de 28 de Dezembro de 2010, que adjudicou a prestação de



serviços em epígrafe ao concorrente "ITAU – Instituto Técnico de Alimentação Humana, S.A.", pelo preço contratual de €5.670.126,00 + IVA, de acordo com o respectivo Relatório Final que se anexa. O Relatório Final dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

VITRUS AMBIENTE, E.M., S.A. – CONTRATO DE GESTÃO E CONTRATOS DE GESTÃO COM GESTORES PÚBLICOS –

Presente a seguinte proposta do Vereador Amadeu Portilha: "1. A Lei nº 159/99, de 14/09, transferiu para os municípios atribuições nos domínios do ambiente e do saneamento básico, e conferiu aos órgãos municipais competências para o planeamento, gestão de equipamentos e realização de investimentos nos sistemas municipais de limpeza pública e de recolha de resíduos sólidos urbanos, com o propósito de assegurar, entre outras, a eficácia da gestão pública e os direitos dos administrados. Estas incumbências dos municípios podem ser prosseguidas por gestão directa ou por delegação desses serviços em entidades empresariais locais criadas e reguladas pela Lei nº 53-F/2006, de 29/12, entidades onde se incluem as empresas municipais, constituídas pelos municípios e sobre as quais estes exercem uma influência dominante. Ainda de acordo com a referida Lei nº 53-F/2006, de entre as três tipologias de empresas públicas locais ali previstas, são consideradas empresas encarregadas da gestão de serviços de interesse geral aquelas cujas actividades devam assegurar a universalidade e continuidade dos serviços prestados e a satisfação das necessidades básicas dos cidadãos (onde se incluem os serviços de limpeza de espaços, instalações e edifícios públicos municipais e a recolha de resíduos urbanos), sendo que a gestão dessas empresas públicas locais se deve articular com os

objectivos prosseguidos pelas respectivas entidades públicas que participam no capital social, e assegurar a sua viabilidade económica e equilíbrio financeiro. No uso destas prerrogativas legais, a Assembleia Municipal de Guimarães deliberou a criação da VITRUS AMBIENTE, E.M., S.A., constituída por escritura outorgada no dia 8 de Setembro de 2010, com o capital social integralmente subscrito pelo Município de Guimarães, tendo por objecto, entre outros, a recolha e transporte para destino final de resíduos sólidos urbanos e a limpeza e a higiene urbana, actividades que, de acordo com o seu estatuto, poderá exercer mediante delegação da Câmara Municipal de Guimarães. Conforme decorre do Estudo de Viabilidade Económico-Financeira da VITRUS, E.M., S.A a passagem da gestão de serviços de interesse público na área da recolha de resíduos urbanos e limpeza de edifícios e instalações municipais para um modelo empresarial local, envolverá alterações qualitativas da forma de gestão desses sistemas com obtenção das seguintes vantagens: (i) melhoria da qualidade dos serviços prestados em termos de eficiência e rapidez; (ii) aumento de produtividade e maior eficiência no investimento; (iii) contribuição para uma melhoria da dinâmica do desenvolvimento do Município. Resulta também da Lei 53-F/2006, que os municípios podem confiar às empresas públicas locais por eles constituídas, a prestação de serviços de interesse geral, desde que tal seja consubstanciado em contratos gestão com as entidades participantes. Proponho, assim, que a Câmara Municipal aprove a celebração do contrato de gestão, a outorgar entre o Município de Guimarães e a VITRUS, E.M., S.A., conforme minuta que se junta em anexo (doc. 1). 2. Por outro lado, foram designados como Gestores da VITRUS, E.M., S.A, pela respectiva Assembleia-Geral em sessão de 1 de Outubro de 2010, Amadeu



Artur Matos Portilha e Rui Pedro Faria Alves e Oliveira. O Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março, que define o regime do gestor público, é aplicável subsidiariamente às empresas do sector local e institui a necessidade de celebração de um Contrato de Gestão, nas empresas que prestem serviços de interesse geral, onde a VITRUS, E.M., S.A se insere. Considerando que, de acordo com o modelo de gestão adoptado pela VITRUS, E.M., S.A, aqueles Gestores tem funções executivas, assumindo os cargos de Presidente e se Vogal do Conselho de Administração, respectivamente, é necessário celebrar com os dois administradores o respectivo contrato de gestor público. Proponho a aprovação dos contratos de gestão com gestores públicos a celebrar entre o Município de Guimarães e Amadeu Artur Matos Portilha e Rui Pedro Faria Alves e Oliveira, conforme minutas que se juntam em anexo (doc.s 2 e 3). Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Absteve-se o Vereador José Torcato Ribeiro. Votaram contra os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima que apresentaram a seguinte **declaração de voto:** "Aquando da votação da criação desta novel empresa municipal, o PSD manifestou-se desfavorável, e consequentemente votou contra. Num rememorar dos argumentos que foram devidamente expendidos nessa reunião, e constam da acta da mesma, diremos que o PSD foi contra por três ordens de razão: 1 - Desde logo porque a VIMÁGUA, empresa municipal já existente e com uma estrutura já devidamente montada e experimentada, possui, nos termos dos seus estatutos, competência e capacidade para desempenhar as funções que sobraram na ECO-AVE, após a transferência de grande parte da suas competências para a

RESINORTE, designadamente, a recolha de resíduos sólidos urbanos acondicionados em contentores de profundidade, vulgo “Molok”; 2 - Por outro lado porque a criação de novas empresas municipais contrariava expressa e ostensivamente (como ainda contraria) a instrução governamental de redução do número de empresas municipais existentes, medida considerada imprescindível no objectivo nacional – que deve ser de todos – de combate ao défice orçamental e credibilidade internacional das nossas contas públicas, e concomitantemente, do nosso País; 3 - Por último porque, com esta iniciativa, se aumenta encargos aos cofres públicos sem qualquer necessidade. Em tempos de austeridade, criar encargos com o pessoal dirigente e trabalhadores, com a aquisição de maquinaria, com contratações de assessorias externas de diversíssima ordem, desde advogados a revisores oficiais de contas, enfim, criar uma panóplia de gastos não necessários atento o universo de empresas municipais já existentes, é algo que, não sendo necessário, deve merecer reprobção. Em conformidade e coerência com o pensamento e posição política aí explanados, que não tivemos até hoje motivos para alterar, cremos que o contrato de gestão da VITRUS AMBIENTE, e sobretudo os contratos celebrados com os gestores públicos que exercerão funções na VITRUS AMBIENTE, na medida em que são a manifestação directa dos dispêndios evitáveis a que então nos referimos, devem merecer a nossa censura, pelo que o sentido de voto do PSD será **contra**”. -----

PROTOCOLOS – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A GESTAVE – ASSOCIAÇÃO DE GESTÃO AGRÍCOLA DO ALTO AVE – REGIME DE EXERCÍCIO DA ACTIVIDADE PECUÁRIA –

Presente a seguinte proposta: “O Regime de Exercício da Actividade Pecuária (REAP), regulado pelo Decreto-Lei nº



214/2008, de 10 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 316/2009, de 29 de Outubro e pelo Decreto-Lei nº 78/2010, de 25 de Junho, veio obrigar os produtores pecuários ao licenciamento das suas explorações junto da câmara municipal. No quadro das orientações definidas no que respeita à qualidade e competitividade da produção nacional, as normas ora estabelecidas reconhecem a complexidade dos procedimentos de licenciamento das actividades pecuárias, bem como das recentes orientações do Programa SIMPLEX no objectivo de orientar a Administração para uma resposta pronta e eficaz às necessidades dos cidadãos e das empresas, racionalizando os meios e a eficácia da Administração Pública. A GESTAVE – Associação de Gestão Agrícola do Alto Ave, é urna Associação ao serviço da Agricultura do Alto Ave, cuja área social abrange os concelhos de Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Fafe e concelhos limítrofes, prestando todo um conjunto de serviços, nomeadamente, a elaboração da contabilidade da exploração agrícola e o aconselhamento na gestão da exploração. A GESTAVE funciona como um pólo de informação rural, prestando assessoria no acesso aos vários instrumentos de financiamento do sector e em todas as questões ligadas à empresa agrícola. Considerando a importância do REAP, e tendo consciência do desconhecimento da generalidade dos produtores pecuários deste concelho da obrigação do licenciamento das explorações pecuárias, que abrange todo o sector pecuário independentemente da espécie, afigura-se necessário uma divulgação intensa daquela obrigação, através da promoção de uma campanha visando prestar informação eficiente junto dos agentes envolvidos; Considerando, também, a importância de regular matérias que vão desde o âmbito ambiental às condições físicas do alojamento, com procedimentos

administrativos integrados numa óptica de simplificação administrativa e de responsabilidade partilhada; Considerando, finalmente, a especial vocação da GESTAVE; Propõe-se, nos termos do art. 67º, tendo em atenção a alínea I), do nº 2, do art. 64º, ambos da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a celebração de um Protocolo entre o MUNICÍPIO DE GUIMARÃES e a GESTAVE, conforme minuta em anexo, tendo como objecto a realização de uma campanha de divulgação do Regime de Exercício da Actividade Pecuária (REAP), durante o ano de 2011, tendo em vista informar, de forma eficiente, todos os agentes envolvidos neste processo. A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PESSOAL – ORÇAMENTAÇÃO E GESTÃO DAS DESPESAS COM

PESSOAL – Presente a seguinte proposta dos Vereadores José Augusto Araújo e Domingos Bragança: “**1.** Considerando que: **a)** Nos termos do artigo 7.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, conjugado com o disposto no artigo 5. do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, compete ao **órgão executivo decidir sobre o montante máximo de cada um dos seguintes encargos:** **i)** Com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos, e não ocupados, nos mapas de pessoal aprovados e, ou; **ii)** Com alterações do posicionamento remuneratório na categoria dos trabalhadores que se mantenham no exercício de funções; **iii)** Com a atribuição de prémios de desempenho dos trabalhadores do órgão ou serviço. **b)** Nos termos dos artigos 46º, 47º, 48º, 74º e 75º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, em consonância com o disposto nos artigos 7º, 8º e 13º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de



Setembro, compete ao órgão executivo fixar os montantes máximos com as alterações de posicionamento remuneratório e prémios de desempenho, bem como, de forma fundamentada, os respectivos universos dos cargos, carreiras e categorias onde as alterações de posicionamento remuneratório e a atribuição de prémios de desempenho podem ter lugar, com as desagregações que se entender necessárias. **c)** Nos termos do n.º 4 do artigo 7º da referida Lei n.º 12-A/2008, o prazo para a tomada das decisões referidas é de 15 dias úteis após o início da execução do orçamento. **d)** Nos termos do n.º 5 do artigo 46º, n.º 2 do artigo 74º da mesma Lei n.º 12-A/2008, conjugada com o disposto no n.º 5 do artigo 7º e n.º 2 do artigo 13º do Decreto-Lei n.º 209/2009, as referidas decisões são tornadas públicas pelo órgão executivo, através de afixação em local adequado das suas instalações e de publicação no respectivo sítio na Internet. **2.** Para efeitos do cumprimento do exposto, propõe-se: **a) Recrutamento para ocupação de novos postos de trabalho**, previstos no mapa de pessoal aprovado por deliberação da Assembleia Municipal datada de 10 de Dezembro de 2010: Dotação de 811.850 € (oitocentos e onze mil, oitocentos e cinquenta euros) **b) Alterações de posicionamento remuneratório:** b.1.) Alterações de posicionamento remuneratório obrigatórias: Universo dos trabalhadores que preencham os requisitos legais previstos no n.º 6 do art. 47.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro. Dotação de 78.460 € (setenta e oito mil quatrocentos e sessenta euros) – Rubrica orçamental 01.01.04.02. b.2.) Alterações de posicionamento remuneratório não obrigatórias: Dotação de 147.575 € (cento e quarenta e sete mil quinhentos e setenta e cinco euros). Rubrica orçamental 01.01.04.03. Universo aplicável: Como princípio geral e respeitando as normas legais em

vigor, o Município de Guimarães propõe-se proceder a alterações de posicionamento remuneratório por opção gestionária dando prioridade aos trabalhadores com os salários mais baixos e que se encontram há mais tempo sem progressão nas carreiras ou categorias em que se encontram posicionados. Assim, no ano de 2011, as alterações extraordinárias de posicionamento remuneratório, por opção gestionária, serão aplicadas ao universo dos trabalhadores que cumprirem os requisitos legais exigíveis, designadamente em termos de avaliação do desempenho, que não tenham beneficiado de alteração de posicionamento remuneratório desde 1 de Janeiro de 2006 e que se encontrem a auferir vencimentos pelos índices remuneratórios iguais ou inferiores a 532,08€. Estas alterações de posicionamento remuneratório serão reportadas a 1 de Janeiro de 2011. **c) Prémios de desempenho** – Dotação de 0,00€ (zero euros). **3.** A execução da presente proposta fica condicionada pelas normas legais actualmente em vigor, designadamente as impostas pelo Orçamento de Estado para 2011, aprovado pela Lei n.º Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, bem como pelas alterações legais que venham a ocorrer no decurso do presente ano". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

O Vereador André Coelho Lima solicitou que a sua intervenção sobre esta proposta ficasse registada em acta. Assim, manifestou que esta deliberação não merecia qualquer reserva ao PSD, até, e sobretudo, na dimensão em que aprova preventivamente a opção gestionária, para o caso dos normativos em vigor o permitirem, o que hoje não sucede, informou, por força da Lei do Orçamento de Estado para 2011, designadamente o seu art. 24º nº1 a) que proíbe expressamente a aplicação da opção gestionária durante o ano de 2011. Em seguida, pretendeu manifestar "*particular*



regozijo por verificar que após tanta berraria sobre este assunto no ano passado, com o executivo socialista em peso a manifestar que havia diferentes entendimentos acerca da necessidade de aprovação da opção gestionária nos primeiros 15 dias da execução orçamental, inclusivamente com o vereador da área dos Recursos Humanos a exhibir parecer da Associação de Municípios, para procurar fazer desacreditar uma instrução directa do Governo, que então exhibi, agora, afinal, sem uma palavra sobre o assunto, parece que V.as Ex.as concordam e subscrevem tudo quanto na altura dissemos, a posição que na altura defendemos, e pela qual ocorreram cenas tristes nesta reunião. Agora, sem terem a humildade de o reconhecer, os senhores colocam nesta deliberação que «o prazo para a tomada das decisões referidas é de 15 dias úteis após o início da execução do orçamento»." Por último e ainda acerca deste ponto, pretendeu informar, mais uma vez, os serviços e o executivo municipal de que "mesmo esta aprovação nos primeiros 15 dias de execução orçamental poderá já não cumprir com a tempestividade exigida por lei", pois que, explicou "o regime de carreiras e remunerações da função pública, que é uma lei geral aplicável a toda a função pública, diz de facto que a opção gestionária deve ser aprovada nos primeiros 15 dias da execução orçamental, no entanto, sucede que foi entretanto aprovado um novo Decreto-Lei que faz uma adaptação à realidade autárquica daquela lei geral, consagrando modelos mais adequados ao contexto municipal ou de freguesia. Ora, neste D.L. nº209/2009, no seu art. 7º, diz-se claramente, no seu nº1, que «o órgão executivo delibera sobre os encargos a suportar decorrentes de alterações do posicionamento remuneratório na categoria dos trabalhadores ou serviço», prosseguindo depois no nº2 do mesmo artigo que «a deliberação referida no número anterior fixa,

fundamentadamente, aquando da elaboração do orçamento, o montante máximo bem como o universo das carreiras e categorias onde as alterações do posicionamento remuneratório na categoria podem ter lugar»". Pelo que, avisou o vereador André Coelho Lima, "se eventualmente se revogasse a Lei do Orçamento de Estado que impede a aplicação da opção gestionária, provavelmente ela não poderia voltar a ser aplicada em Guimarães, por não ter sido devidamente acautelada toda a legislação em vigor, o que sucederia, mais uma vez, por não ter havido a devida atenção à legislação em vigor, o que sucederia, mais uma vez, por culpa e responsabilidade da Câmara Municipal de Guimarães. No entanto, como é imprevisível que isso venha a suceder, fica desde já o aviso para que no próximo ano isto seja devidamente previsto, e que façam constar no orçamento municipal para 2012, a fundamentação da opção gestionária, o montante máximo previsto para o seu exercício, bem como a indicação discriminada das carreiras e categorias onde se pretende que a opção gestionária tenha lugar". -----

PESSOAL – ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL –

MAPA 2012 – Presente a seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo: "Na sequência da informação apresentada pela Vereadora Alexandra Barbosa Parada Gesta, que mereceu a concordância do Senhor Presidente, relativa à abertura de procedimento concursal para provimento de um posto de trabalho de Chefe de Divisão Mapa 2012 e atendendo aos motivos alegados, cumpre-me informar o seguinte: O posto de trabalho indicado na citada informação está previsto no mapa de pessoal aprovado pela Assembleia Municipal em 10 de Dezembro de 2010, como necessidade permanente (Comissão de Serviço); Existe verba orçamental disponível; Face ao exposto, proponho nos



termos do disposto no art.º 4º do Decreto-Lei nº 209/2009 de 3 de Setembro, que seja submetida a deliberação da Câmara Municipal a abertura do procedimento concursal para preenchimento do solicitado posto de trabalho”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

NOVA FEIRA RETALHISTA DE GUIMARÃES – SORTEIO DE TRANSFERÊNCIA DO RECINTO DA FEIRA PARA ATRIBUIÇÃO DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DOS LUGARES DE VENDA –

Presente a seguinte proposta do Vereador Amadeu Portilha: “Estando previsto para breve a conclusão do novo recinto da Feira Retalhista de Guimarães torna-se necessário diligenciar a distribuição dos feirantes pelos respectivos espaços de venda. Assim, propõe-se a realização de um sorteio para atribuição aos actuais titulares de direito de ocupação de espaços de venda, que se encontrem devidamente inscritos nesta Câmara Municipal, de espaços correspondentes no novo recinto. Os sorteios terão lugar nos dias 31 de Janeiro, 1 e 2 de Fevereiro, no Multiusos de Guimarães, de acordo com o sector onde se enquadrem os produtos dos feirantes, e será conforme as normas definidas no programa para atribuição do direito à ocupação de lugares de venda no novo recinto da Feira Retalhista de Guimarães, documento que se junta em anexo à presente proposta (ANEXO A). Propõe-se, ainda, a constituição da Comissão que irá acompanhar a realização da Sorteio, da qual fará parte os seguintes elementos: Presidente da Comissão: Miguel de Sousa Pires de Almeida Frazão -. Director do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente; 1.º Vogal – Dalila Sepúlveda Mesquita de Freitas – Técnica Superior. 2.º Vogal – Crisália Marcela Pereira Alves – Técnica Superior. Vogal suplente – Maria Isabel Vieira Oliveira Lopes – Assistente Técnica. Em caso de impedimento do

Presidente da Comissão, este será substituído pelo primeiro vogal". O Programa de Sorteio para atribuição do direito à ocupação de lugares de venda aos actuais feirantes da Feira Retalhista de Guimarães dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

DESPORTO – SUBSÍDIOS ÀS ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS – 2010/2011 – Presente uma proposta para atribuição de subsídios à Associações Desportivas para a Época Desportiva 2010/2011, que se anexa. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07 e nas unidades económicas 04.07.01 e 08.07.01. A referida proposta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – JARDIM-DE-INFÂNCIA IGREJA/BRITEIROS – FÁBRICA DA IGREJA DE SANTO ESTEVÃO – ACTUALIZAÇÃO DE SUBSÍDIO ANUAL DE ENERGIA ELÉCTRICA – Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: "Tendo sido deliberado em reunião de Câmara de 1 de Julho de 2004 a atribuição de um subsídio anual no valor de €750,00 à Fábrica da Igreja de Santo Estêvão destinado a comparticipar as despesas com energia eléctrica decorrentes do funcionamento do Jardim-de-infância Igreja/Briteiros Santo Estêvão nas instalações do Centro Paroquial, solicita-nos aquela instituição a actualização do valor do subsídio de forma a fazer face às despesas com o consumo de energia eléctrica. Assim, e considerando que o pedido de actualização do subsídio prende-se com o aumento do consumo e consequentemente do valor da facturação que atinge o valor anual de €1.250,00, a Carta Educativa do Concelho está em fase de revisão não estando prevista, a médio prazo, a integração do



Jardim-de-infância Igreja/Briteiros Santo Estêvão na EB1 Fafião, único estabelecimento de ensino do 1.º CEB em funcionamento na freguesia e que no momento esta não dispõe de salas desactivadas, propõe-se a actualização do valor do subsídio anual de €750,00 para €1.250,00 a produzir efeitos em 2010. À consideração superior". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07 e na unidade económica 04.07.01.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO – Presente

a seguinte informação da Divisão de Acção Social: "Por deliberação de 17 de Dezembro de 2009 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com carácter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal nº 8/2009 de 8 de Janeiro para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, alterado e ratificado em 25 de Setembro de 2009. Importa, assim, submeter a ratificação, os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa em anexo". O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

REISADAS 2011 – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 6 de Janeiro de 2011, que aprovou a seguinte proposta da Vereadora Francisca Abreu: "Cantar os Reis constitui uma tradição ancestral do nosso povo, com incidência particular nas aldeias, sendo intensamente vivida entre os dias 6 e 19 do primeiro mês do ano. Com raízes no universo religioso (adoração dos Reis Magos a Jesus), as luzes do

profano se encarregaram de lhe dar novos matizes. "Reclamar a parte de Deus" de porta em porta tem sido motivação e objectivo de todos quantos, durante aproximadamente 15 dias, calcorreiam os caminhos do Concelho, contribuindo decisivamente para manter uma tradição secular que imposta salvaguardar. Tem sido este o objectivo da Câmara Municipal, ao promover desde há largos anos as Reisadas, para o que contámos com a indispensável participação de grupos musicais de Guimarães. Para além de preverem circuitos que levam os grupos participantes a percorrerem muitas artérias da Cidade e a visitar muitas das suas instituições sociais, as Reisadas terminam com a actuação conjunta dos grupos participantes no Largo da Oliveira. Tal como deliberado aquando da edição de 2007, a participação dos grupos obedeceu aos seguintes critérios: 15 minutos de actuação por grupo; Cumprimento rigoroso do horário previamente definido para cada actuação; Só é permitida a interpretação de temas alusivos aos Reis; A participação nesta actividade é limitada a 10 grupos do concelho; A selecção dos participantes foi feita através por ordem de chegada da inscrição; Será atribuído a todos os participantes um prémio de participação no valor de €200,00 (duzentos euros); Os prémios constarão de vales para aquisição de instrumentos musicais em estabelecimento comercial da especialidade a designar ano a ano. Nesta conformidade, propõe-se a aprovação do seguinte programa e orçamento: **PROGRAMA** – 8 de Janeiro de 2011, Sábado: Das 14h00 às 19h00 – Cantar dos Reis em Instituições de Solidariedade Social e Estabelecimento Prisional Regional de Guimarães; 20h30 – Concentração dos Grupos no Largo da Oliveira; 21h00 – Cantar dos Reis no Largo da Oliveira; 00h00 – Ceia de Reis para os grupos participantes. **ORÇAMENTO** – Prémios: €3,000,00; Divulgação: €500,00; Ceia



de Reis: €2,750,00; Total: €6.250,00. **GRUPOS**

SELECIONADOS PARA A EDIÇÃO DE 2011 – Os Musiké – Associação Musical e Artística do Centro de Formação Francisco de Holanda; Grupo Cultural e Recreativo de Barco; Centro Social Recreativo Cultural de Campelos; Conjunto de Musica Portuguesa Bombeiros Voluntários de Guimarães; CART – Centro de Actividades Recreativas Taipense; Grupo de Jovens de Gonça; Grupo dos Amigos Souto Santa. Maria; Agrupamento de Escolas de Pevidém; Récita – Grupo Cultural; Citânia – Associação Juvenil”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TOPONÍMIA – ADITAMENTO À TOPONÍMIA DA FREGUESIA

DE FERMENTÕES – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “Sob proposta da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de Fermentões, aprovou a criação da seguinte denominação toponímica: 92 - **Praça “A”** – Arruamento sem saída, com inicio na rua Associação Artística Vimaranesense; Assim, nos termos da alínea v), do nº 1, do art. 64.º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à Toponímia da Freguesia de Fermentões”. A planta com a alteração ao trânsito dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TOPONÍMIA – ADITAMENTO À TOPONÍMIA DA FREGUESIA

DE CORVITE – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “Sob proposta da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de Corvite, aprovou a criação das seguintes denominações toponímicas: 40 - **Travessa Nova de Campo Novo** – Arruamento sem saída, com

início na travessa do Campo Novo; 41 – **Rua Senhora do Ó** – Tem início na rua de Santa Maria e termina no entroncamento com a rua da Bouça Nova. Assim, nos termos da alínea v), do nº 1, do art. 64.º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à Toponímia da Freguesia de Corvite”. A planta com a alteração ao trânsito dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TOPONÍMIA – ADITAMENTO À TOPONÍMIA DA FREGUESIA DE SELHO S. JORGE – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “Sob proposta da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de Selho (S. Jorge), aprovou a criação da seguinte denominação toponímica: 91 – **Travessa do Agouro** – Arruamento sem saída, com início na rua da Pontigela; Assim, nos termos da alínea v), do nº 1, do art. 64.º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à Toponímia da Freguesia de Selho (S. Jorge)”. A planta com a alteração ao trânsito dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TOPONÍMIA – ADITAMENTO À TOPONÍMIA DA FREGUESIA DE CANDOSO S. MARTINHO – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “Sob proposta da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de Candoso (S. Martinho): 41 – **Praceta Dona Rosinha** – Arruamento sem saída, com início na Rua de S. Martinho. Assim,



nos termos da alínea v), do nº 1, do art. 64.º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à Toponímia da Freguesia de Candoso (S. Martinho)". A planta com a alteração ao trânsito dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TOPONÍMIA – ADITAMENTO À TOPONÍMIA DA FREGUESIA DE ABAÇÃO – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: Sob proposta da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de Abação (S. Tomé), aprovou a criação das seguintes denominações toponímicas: 70 – **Rua da Eira** – Tem início na rua de S. Cristóvão e termina no entroncamento com a rua de Tarrio; 71 – **Travessa do Penedo Velho** – Arruamento sem saída, com início na rua com o mesmo nome. Assim, nos termos da alínea v), do nº 1, do art. 64.º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à Toponímia da Freguesia de Abação (S. Tomé)". A planta com a alteração ao trânsito dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TOPONÍMIA – ADITAMENTO À TOPONÍMIA DA FREGUESIA DE VERMIL – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: "Sob proposta da Junta de Freguesia, a Assembleia de Freguesia de Vermil: **48 – Rua das Mimosas** – Arruamento com início e fim na rua de Barreiros. Assim, nos termos da alínea v), do nº 1, do art. 64.º,

da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação, pelo executivo camarário, da presente proposta de aditamento à Toponímia da Freguesia de Vermil. A planta com a alteração ao trânsito dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE SANDE VILA NOVA – ELABORAÇÃO DO PROJECTO E CONSTRUÇÃO DA CAPELA MORTUÁRIA – PRORROGAÇÃO DO PRAZO –

Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “Por deliberação de 23 de Abril de 2009, a Câmara Municipal deliberou conceder à Junta de Freguesia de Sande Vila Nova a verba de €12.812,82 destinada à elaboração do projecto e construção da Capela Mortuária. Como a Junta de Freguesia de Sande Vila Nova só agora está em condições de realizar a referida obra, submete-se à aprovação do executivo camarário a prorrogação do prazo da deliberação acima mencionada até ao final do ano de 2011, bem como autorização para que a verba atribuída possa ser paga no corrente ano mediante a elaboração de autos de medição pelos serviços do Departamento de Obras Municipais”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE RONFE – ORFEÃO DE S. TIAGO DE RONFE – CANTAR OS REIS –

Presente a seguinte proposta: “O Orfeão de S. Tiago de Ronfe apresentou em vários pontos do Concelho a sua habitual iniciativa de “cantar os reis”, incluindo nesse percurso a Câmara Municipal. Considerando o exemplo seguido nas anos anteriores, o interesse cultural da iniciativa, que concretiza uma tradição natalícia relevante, e dado que estão ainda a decorrer os procedimentos



inerentes às exigências previstas no Regulamento de atribuição de subsídios às entidades culturais, artísticas, recreativas e humanitárias de Guimarães, proponho que seja ratificado o meu despacho que atribuiu a concessão de um subsídio de €150,00 (cento e cinquenta euros) ao Centro Social e Paroquial de Ronfe, onde se integra o referido Orfeão ao abrigo do nº6 do artigo 2º daquele Regulamento”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 01.03 e na unidade económica 04.05.01.02.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

SUBSÍDIOS – ESCOLA SECUNDÁRIA MARTINS SARMENTO –

TORNEIOS DESPORTIVOS – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 30 de Novembro de 2010, que concedeu à Escola Secundária Martins Sarmiento 20 medalhas destinadas às equipas vencedoras dos Torneios Desportivos da Escola Secundária Martins Sarmiento, realizados nos passados dias 16 e 17 de Dezembro, no Complexo Desportivo do Vitória Sport Clube. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 02.01.15. **DELIBERADO**

RATIFICAR POR UNANIMIDADE. -----

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE FIGUEIREDO –
FESTA DE NATAL – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS** – Presente um

ofício da Junta de Freguesia de Figueiredo solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa de Natal, realizar entre os passados dias 15 de Dezembro de 2010 e 6 de Janeiro de 2011. Propõe-se a atribuição de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, num máximo de €37,03 (trinta e sete euros e três cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE CANDOSO S. MARTINHO – FESTA DE NATAL – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS –

Presente um ofício da Junta de Freguesia de Candoso S. Martinho solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa de Natal, realizada entre os passados dias 15 de Dezembro de 2010 e 6 de Janeiro de 2011. Propõe-se a atribuição de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, num máximo de €51,64 (cinquenta e um euros e sessenta e quatro centimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE SANDE S. MARTINHO – FESTA DE NATAL – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS –

Presente um ofício da Junta de Freguesia de Sande S. Martinho solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa de Natal, realizada entre os passados dias 15 de Dezembro de 2010 e 6 de Janeiro de 2011. Propõe-se a atribuição de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, num máximo de €38,48 (trinta e oito euros e quarenta e oito centimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE SANDE VILA NOVA – FESTA DO MENINO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS –

Presente um ofício da Junta de Freguesia de Sande Vila Nova solicitando um



apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa do Menino, realizada entre os passados dias 15 de Dezembro de 2010 e 6 de Janeiro de 2011. Propõe-se a atribuição de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, num máximo de €38,48 (trinta e oito euros e quarenta e oito cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE BRITEIROS S. SALVADOR – FESTAS EM HONRA DO MENINO JESUS – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente um ofício da Junta de Freguesia de Briteiros S. Salvador solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações das Festas em Honra do Menino Jesus, realizada entre os passados dias 15 de Dezembro de 2010 e 6 de Janeiro de 2011. Propõe-se a atribuição de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, num máximo de €133,87 (cento e trinta e três euros e oitenta e sete cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE GONDOMAR – FESTAS EM HONRA DO MENINO JESUS – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente um ofício da Junta de Freguesia de Gondomar solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações das Festas em Honra do Menino Jesus, realizada entre os passados

dias 15 de Dezembro de 2010 e 6 de Janeiro de 2011. Propõe-se a atribuição de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, num máximo de €76,06 (setenta e seis euros e seis cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE BARCO – FESTA DO MENINO JESUS – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente um ofício da Junta de Freguesia de Barco solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações das Festas em Honra do Menino Jesus, realizada entre os passados dias 15 de Dezembro de 2010 e 6 de Janeiro de 2011. Propõe-se a atribuição de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, num máximo de €49,68 (quarenta e nove euros e sessenta e oito cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE OLEIROS – FESTA DE S. VICENTE – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente um ofício da Junta de Freguesia de Oleiros solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa de S. Vicente, a realizar entre os próximos dias 20 e 24 de Janeiro de 2011. Propõe-se a atribuição de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, num máximo de €81,15 (oitenta e um euros e quinze cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade



CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES

ACTA Nº 1 Fls. _____
REUNIÃO ORDINÁRIA DE 13 DE JANEIRO DE 2011

orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO**
APROVAR POR UNANIMIDADE. -----
A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE
APROVAR A ACTA EM MINUTA. -----
PELAS DOZE HORAS E DEZ MINUTOS O PRESIDENTE DA
CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA
CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ACTA. -----